ISSN 1415-4765

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 923

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO*

Sergei Soares**
Rejane Sayuri Izaki**

Rio de Janeiro, dezembro de 2002

* Os autores gostariam de agradecer a Lauro Ramos por suas sugestões que enriqueceram o texto.
** Da Diretoria de Estudos Socias do IPEA.

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministro – Guilherme Gomes Dias
Secretário Executivo – Simão Cirineu Dias

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Roberto Borges Martins

Chefe de Gabinete
Luis Fernando de Lara Resende

Diretor de Estudos Macroeconômicos
Eustáquio José Reis

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos
Gustavo Maia Gomes

Diretor de Administração e Finanças
Hubimaier Cantuária Santiago

Diretor de Estudos Setoriais
Luís Fernando Tironi

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento
Murilo Lôbo

Diretor de Estudos Sociais
Ricardo Paes de Barros

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Uma publicação que tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos, direta ou indiretamente, pelo IPEA e trabalhos que, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A produção editorial deste volume contou com o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio do Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas, REDE-IPEA, operacionalizado pelo Projeto BRA/97/013 de cooperação técnica com o PNUD.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 1

2 POR QUE ESTE TRABALHO? 2

3 TEMPO, IDADE E COORTES 4

4 ANÁLISE DE DECOMPOSIÇÃO UNIVARIADA 10

5 HORAS TRABALHADAS SEMANAIS 18

6 MULHERES, SEUS CÔNJUGES E OS NÍVEIS EDUCACIONAIS 19

7 CONCLUSÕES 21

BIBLIOGRAFIA 22

SINOPSE

Este trabalho tem três objetivos: *a*) acompanhar as mudanças na participação das mulheres e mostrar como tem evoluído segundo a ótica do tempo mas também das coortes; *b*) decompor essas mudanças segundo uma série de variáveis elementares, incluindo posição na família e educação; e *c*) analisar com cuidado especial as relações entre educação das mulheres casadas, seus cônjuges e a taxa de participação.

Temos cinco resultados principais. O primeiro, que pouco surpreende, é que existem tanto efeitos de coorte como de tempo exercendo influência sobre a probabilidade de trabalho das mulheres. O segundo é mais surpreendente: a posição na família explica muito pouco do aumento na participação das mulheres — quer dizer, o aumento no número de famílias chefiadas por mulheres pouca influência exerceu sobre a probabilidade de uma mulher, tirada ao acaso da PIA, trabalhar. O outro lado da moeda é que a revolução da participação feminina foi, em grande medida, a revolução das mulheres casadas — o aumento na taxa de participação das mulheres com cônjuge explica em torno de 70% do aumento na participação das mulheres.

Outra conclusão surpreendente é que a grande variável explicativa dessa revolução é o nível educacional das mulheres, que, por si só, explica estatisticamente 50% da variação na taxa de participação feminina. Esta observação sugere a existência de um efeito preço na propensão a participar do mercado de trabalho. Finalmente, vemos que, para qualquer nível de escolaridade da mulher, uma escolaridade maior do cônjuge está associada a uma taxa de participação menor, sugerindo também um efeito preço.

ABSTRACT

This paper has three objectives: the first is to track the changes in labor force participation behavior of women and show its evolution according to time and also according to cohorts; the second is to decompose these changes according to a group of elementary variables, such as position in the household and educational level; the last is to analyze with special care the relationship between educational levels of married women, education of their spouses, and their labor force participation behavior. This last objective is motivated by findings in the second one.

We have five main results. The first is not surprising — we find both cohort and time effects at work on changes in participation behavior. The second is perhaps more surprising: position in the household has low statistical explanatory power for labor force participation — in other words, the strong increase in the percentage of female headed household holds little relation with the increase in female labor force participation. The real explanation is a massive increase in the participation rates of married women — this increase alone explains close to 70% of the increase in female labor force participation.

Another surprising conclusion is that by far the most important explanatory variable is women's educational level, which alone explains about 50% of the variation in the global female participation rate. This suggests a strong price effect in the propensity to work among women. Finally, we van see that for married women of any educational level, increases in the spouse's educational level (and thus potential income) are associated with a lower labor force participation rate. This suggests an income effect to female participation behavior, although other interpretations are possible.

1 INTRODUÇÃO

Uma das mudanças mais notáveis na oferta de trabalho no pós-guerra tem sido o grande aumento da participação feminina na procura por emprego e ocupação. Embora o fenômeno já fosse incipiente antes da Segunda Guerra Mundial, logo após as mulheres entraram pesadamente no mercado de trabalho. Segundo Goldin (1990), nos Estado Unidos, as mulheres passaram de 18% da População Economicamente Ativa (PEA) em 1900 para 32% em 1960 e 46% em 1992. Foi uma mudança vista em todo o mundo ocidental e o Brasil não escapou aos seus efeitos — no Brasil as mulheres foram de 32% da PEA em 1977 para 46% em 2001, fechando em 24 anos o hiato que as mulheres americanas fecharam em 32. Trata-se de um fenômeno de grande importância, pois seu impacto foi sentido nas duas instituições mais presentes na vida da maior parte dos indivíduos — a família e o local de trabalho.

O aumento na participação das mulheres no mercado de trabalho pode ser saudado como positivo por pelo menos duas razões. Primeiro, se existe uma subutilização da força de trabalho feminina, então baixas taxas de participação dessa força indicam a existência de ineficiência alocativa na economia brasileira. De acordo com a teoria microeconômica, se existem restrições à utilização de algum fator de produção, então a eliminação dessa restrição levará a uma eficiência econômica maior.

A segunda razão é um pouco menos teórica e mais concreta: qualquer aumento no conjunto de opções que uma determinada pessoa tem diante de si leva a um aumento na liberdade e no bem-estar desse indivíduo. Se a participação feminina é baixa porque as mulheres são impedidas de se empregar por barreiras culturais, institucionais ou de qualquer outra natureza, então está havendo um cerceamento à sua liberdade. É claro que se uma mulher opta livremente por não trabalhar, nenhuma das duas razões permanece válida e não existe nenhuma base para julgar esta que é uma decisão individual.

Em qualquer caso, partimos da hipótese de que o aumento da procura por trabalho remunerado por parte das mulheres, ainda que tenha tido algumas conseqüências negativas, tem sido um acontecimento positivo. O objetivo deste trabalho é investigar, de modo quantitativo, os fatores mensuráveis que impulsionaram este processo e fazer algumas ponderações sobre o que podemos esperar no futuro próximo.

Este trabalho investigará a participação feminina no mercado de trabalho usando as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD). Esta base de dados foi escolhida por ser a única fonte de informações domiciliar periódica com cobertura nacional (fora a área rural da região Norte). Sendo a cobertura das PNADs limitada ao período 1977-2001, vamos nos limitar a este mesmo período, apesar de ele não cobrir o início do processo. O nosso objetivo é mais que meramente reportar as mudanças na participação feminina, mas menos que lhe dar uma explicação completa. O primeiro seria demasiadamente trivial e nada acrescentaria à literatura que já existe sobre o tema. Já o segundo iria além dos meios explicativos dos quais dispomos — as pesquisas domiciliares — e envolve explicações culturais e institucionais que não estamos equipados para responder. Neste trabalho, as mudanças de comportamento das mulheres serão decompostas segundo diversas

variáveis, sem que necessariamente as relações encontradas sejam interpretadas como causais, mas também prestando a devida atenção ao fato de que todas as correlações fortes precisam ser explicadas.

O texto está dividido em sete seções, incluindo esta introdução. A Seção 2 é um rápido resumo de uma parte da literatura já existente sobre o tema. A Seção 3 é uma análise da participação de sucessivas coortes, cujo objetivo é mostrar a importância do tempo, da idade e da geração à qual as pessoas pertencem. A Seção 4 é uma decomposição univariada da participação feminina segundo diversos recortes populacionais. A Seção 5 investiga a oferta de horas por parte das mulheres e homens. A Seção 6 apresenta as conclusões com uma análise um pouco mais aprofundada das relações entre mulheres cônjuges e seus maridos.

2 POR QUE ESTE TRABALHO?

A participação feminina no mercado de trabalho tem sido amplamente estudada. Não se trata de um fenômeno desconhecido ou cujas características são um enigma. A literatura econômica mundial sobre o tema é vasta e, dentro do Brasil, existem inúmeros artigos, livros e coletâneas versando sobre os fatores que levam as mulheres a trabalhar fora de casa. O tratamento empírico do tema também tem sido amplo.

Dentro dessa literatura destacam-se Sedlacek e Santos (1990), que argumentam que a decisão de participar do mercado de trabalho por parte de mulheres casadas se dá conforme uma curva em forma de U com relação à renda do marido. Os autores mostram que as mulheres casadas correspondiam em 1984 a 46% da PEA e que sua participação na PEA feminina estava aumentando. Portanto, o estudo da oferta de trabalho dessas mulheres assume particular importância.

Sedlacek e Santos usam um modelo probit de participação, segundo o qual chegam à conclusão de que ter altos níveis de escolaridade, filhos mais velhos e estar entre 20 e 29 anos são fatores que se correlacionam fortemente com a decisão de participar. Mas a conclusão mais importante que obtêm é que são as mulheres nas famílias mais ricas por um lado, e mais pobres por outro, as que têm as maiores taxas de participação — as mulheres no meio participam menos. Mulheres de famílias muito pobres seriam obrigadas a trabalhar fora de casa para complementar uma renda domiciliar já reduzida e mulheres de famílias ricas teriam salários muito mais atrativos, o que seria um incentivo para trabalharem fora de casa. Trata-se dos efeitos renda e preço clássicos da microeconomia. Entretanto, o fato de as conclusões tiradas por Sedlacek e Santos dependerem, talvez fortemente, da especificação do seu modelo levaram outros a investigar mais a fundo os seus resultados.

Entre estes, encontram-se Ramos e Soares (1994), que encontram, usando a PNAD de 1989, uma relação monótona entre renda do marido e trabalho das esposas. Eles argumentam, entretanto, que uma associação estatística não implica causalidade e que, portanto, as conclusões de Sedlacek e Santos não seriam necessariamente invalidadas.

Sobre o mesmo tema, Leone (2000) analisa detalhadamente a oferta da participação feminina no mercado de trabalho da cidade de São Paulo. Tratando com especial cuidado o tipo de família na qual a mulher se encontra, tanto do ponto de

vista da estrutura — com ou sem filhos, com ou sem marido — como do ponto de vista do perfil socioeconômico, Leone chega a conclusões sobre a participação feminina. A primeira é que as mulheres continuam a ofertar cada vez mais trabalho e o número de famílias com mulheres que trabalham continua a subir.

Além do aumento na taxa de participação, Leone mostra que existe uma tendência à convergência das taxas de mulheres em diferentes posições no domicílio, com a taxa das cônjuges se aproximando da taxa das mulheres chefes de família. A terceira conclusão é que as mulheres de famílias mais pobres participam menos que as mulheres de famílias mais ricas, de modo monotônico, respaldando as conclusões de Ramos e Soares e colocando em xeque as conclusões de Sedlacek e Santos.

Finalmente, Leone compara o perfil de São Paulo com os do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, chegando à conclusão que a participação feminina é claramente mais elevada no mercado de trabalho de Porto Alegre, mas que o perfil é mais ou menos o mesmo nas duas cidades.

O que todos esses estudos têm em comum é que analisam a participação das mulheres de um ponto de vista principalmente estático, não enfatizando a evolução da taxa de participação, principalmente no longo prazo, e as variáveis que podem ter sido associadas a essa evolução. Poucos trabalhos enfatizam esse aspecto do crescimento da presença feminina no mercado de trabalho, e, dentre esses, podemos citar os de Wajnman e Rios-Neto (2000). Os autores analisam tanto o aumento da taxa como fazem projeções detalhadas para esta no futuro. Usando análise de coortes, Wajnman e Rios-Neto enfatizam que o perfil de idade-participação transversal (mulheres com idades diferentes em um mesmo momento no tempo) não é, necessariamente, mesmo do perfil longitudinal (mulheres que nasceram no mesmo ano observadas ao longo do tempo). Fazendo dois cenários, chegam à conclusão de que o aumento na taxa de participação das mulheres vai continuar, embora bem menos do que tem sido até hoje e deverá atingir entre 40% e 47% em 2020. Entretanto, Wajnman e Rios-Neto não aprofundam o impacto de outras variáveis, fora a coorte e a idade, sobre a participação.

Soares (2002) analisa como a oferta de trabalho varia de acordo com a composição familiar. Em particular, o autor tenta responder à pergunta sobre se o sexo e a idade dos filhos exercem influência sobre a probabilidade de a mãe participar do mercado de trabalho. Para tanto, ele usa um modelo probabilístico (probit e modelo linear) para modelar a probabilidade de participação em função de uma série de variáveis de controle.

Os resultados que Soares encontra são muito interessantes. Em primeiro lugar, acha que a educação formal das mães tem forte influência sobre sua probabilidade de buscar trabalho — esse resultado será corroborado neste trabalho usando uma metodologia mais simples. Em segundo lugar, o autor encontra que filhos menores de 10 anos reduzem a probabilidade de trabalho, qualquer que seja o sexo da criança. Já para idades maiores, principalmente 12 anos, o efeito depende do sexo da criança — meninas aumentam a probabilidade de trabalho da mãe, ao contrário dos meninos, que a reduzem.

Finalmente, o trabalho de Scorzafave e Menezes-Filho (2001) é o que mais se assemelha a este texto. Os autores procuram investigar as causas do aumento na participação feminina de 1982 a 1997. Para tanto, usam um modelo de decomposição multivariado à Oaxaca-Blinder, valendo-se tanto de um probit como de uma especificação linear. Conseguem explicar, com a evolução das variáveis explicativas, cerca de metade do aumento da participação feminina. Chegam à conclusão de que mudanças no perfil educacional das mulheres foram fundamentais para explicar o aumento na sua participação no mercado de trabalho, assim como mudanças na oferta de trabalho de mulheres mais velhas e mulheres cônjuges.

Como se enquadra esse trabalho no corpo de literatura, mencionado antes resumidamente? Este trabalho também tem por objetivo tratar a participação feminina, enfatizando a sua evolução no tempo e as variáveis que se correlacionaram com esse aumento. Parte disso se encontra em outros trabalhos mas acreditamos que em nenhum encontram-se juntos de modo coerente. Aproveitamos também o fato de termos uma série de dados relativamente longa, de 1977 a 2001, advindos da PNAD, para atualizar os números da participação feminina.

Um último esclarecimento importante é quanto à definição de participação no mercado de trabalho. Mantemos a definição usada pelo IBGE durante os anos 1980 ao longo de todo o período 1977-2001. Participa do mercado de trabalho quem se encontra ocupado ou desempregado, onde ocupado é aquele que trabalhou pelo menos uma hora com remuneração ou pelo menos 15 horas sem remuneração na semana de referência e desempregado é quem não estava ocupado e procurou trabalho durante essa mesma semana. A definição mais usada atualmente exige apenas uma hora de qualquer tipo de trabalho para que a pessoa seja considerada ocupada. A opção por manter a definição dos anos 1980 não decorre de uma preferência por uma ou outra, mas do fato de que se trata do único modo de ter uma série de uma só definição, uma vez que o formulário dos anos 1980 não permite o cálculo da definição de hoje.

3 TEMPO, IDADE E COORTES

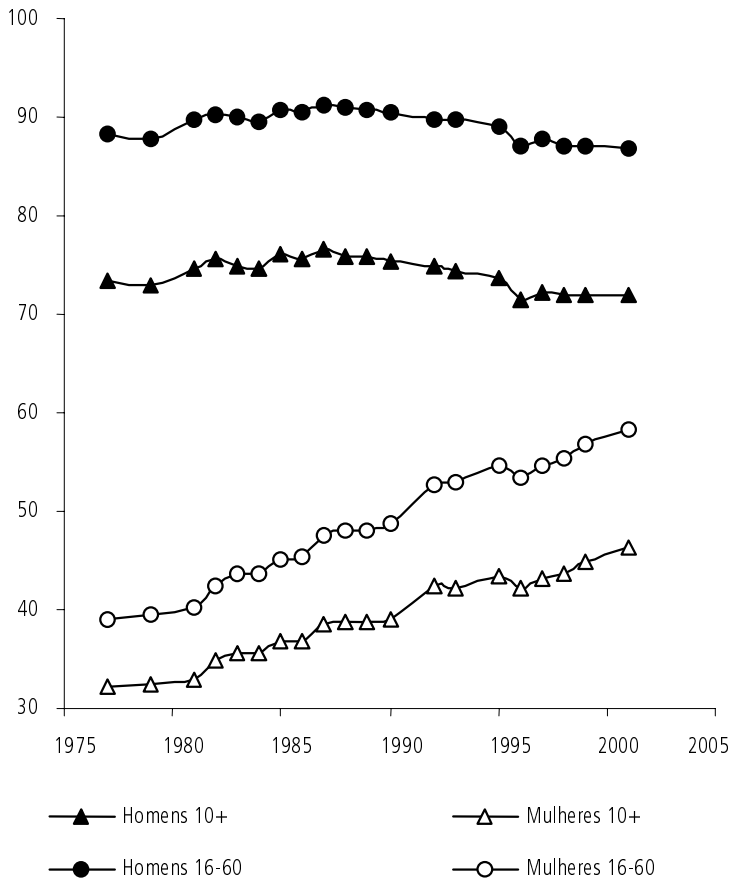
Ao investigar um fenômeno qualquer, a primeira pergunta que se coloca é: *Qual é a magnitude do fenômeno?* A Tabela 1 deixa claro que as mulheres aumentaram muito sua participação no mercado de trabalho, mas que ainda estão longe de participar desse mercado na mesma proporção que os homens. Em 1977, 32% das mulheres de 10 anos ou mais e 39% das mulheres dos 16 aos 60 participavam do mercado de trabalho; as taxas equivalentes eram 73% e 88% para os homens. Vinte e quatro anos mais tarde, em 2001, as taxas masculinas pouco tinham mudado — 72% e 87% — mas as femininas aumentaram para 46% e 58%.

O hiato entre as duas taxas relata bem a história: este caiu de 41 para 26 pontos percentuais. Em outras palavras, as mulheres eliminaram 1/3 do hiato em 21 anos. Não há dúvida de que o aumento na participação feminina é uma mudança relevante, mas que as mulheres estão longe de participar do mercado de trabalho na mesma proporção dos homens. Veremos mais adiante que parece pouco provável que as duas taxas se igualem no futuro próximo.

TABELA 1
Taxas de Participação Masculina e Feminina
[em %]

Ano	10 Anos e mais		Dos 16 aos 60		Hiato homem-mulher	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	10 anos e mais	16 aos 60
1977	73	32	88	39	41	49
1981	75	33	90	40	42	50
1985	76	37	91	45	39	45
1989	76	39	91	48	37	43
1993	74	42	90	53	32	37
1997	72	43	88	55	29	33
2001	72	46	87	58	26	29

GRÁFICO 1
Taxas de Participação Masculina e Feminina
[em %]



A pergunta que decorre é a seguinte*: Quais mulheres aumentaram sua participação?* Houve um aumento generalizado da participação feminina em todas as idades? Foram as novas gerações que passaram a integrar o mercado de trabalho em número cada vez maior?

Para tentar responder a estas perguntas necessitamos do conceito de coorte. Uma coorte é um grupo de pessoas que sofrem um mesmo evento em um determinado momento e são acompanhadas no tempo após esse evento. Nesse caso, o evento relevante é o nascimento — as coortes aqui serão pessoas nascidas na mesma década e acompanhadas ao longo de suas vidas. Por exemplo, as pessoas nascidas na década de 1920 formam uma coorte. As idades das pessoas que a integram iam de 10 a 19 anos em 1940, de 20 a 29 em 1950 e de 60 a 69 em 1990. Acompanhando uma coorte permite-se saber o que aconteceu com essas pessoas ao longo do tempo.

A rigor, as coortes aqui não são reais, uma vez que a amostra de domicílios presentes na PNAD muda de ano para ano e os mesmos indivíduos não são acompanhados. Podemos, entretanto, sob a hipótese de que a amostragem das PNADs permite fazer inferências sobre um grupo de idade,[1] supor que as pessoas observadas são representativas do seu grupo de idade. Isto se chama uma pseudocoorte, mas nós vamos continuar chamando-as de coorte para simplificar a notação.

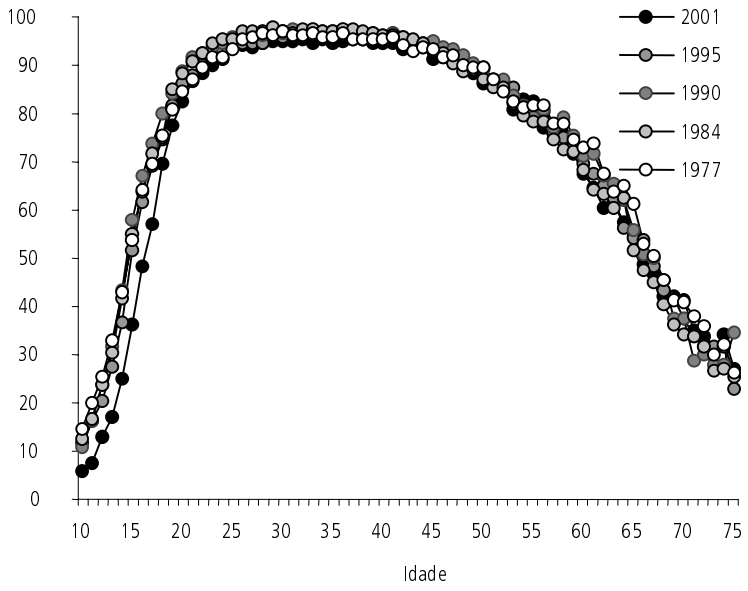
Com o conceito de coorte, podemos analisar uma grandeza segundo três óticas: a evolução ao longo do tempo (como evolui uma variável na população de um ano para o próximo), segundo a coorte (como evolui essa variável de uma coorte para a próxima) e, finalmente, segundo a idade (como é o perfil etário da distribuição da mesma variável). Como será visto a seguir, a análise de coorte é uma ferramenta poderosa para entender mudanças ao longo do tempo, mas uma decomposição exata em efeitos de tempo, coorte e idade é impossível, uma vez que os três são linearmente dependentes. Se o ano no qual a pesquisa foi feita e o ano de nascimento de uma pessoa são conhecidos, então se pode calcular a idade da pessoa.

Como existem três modos (tempo, idade, coorte) de observar pessoas ao longo dos anos e que no eixo vertical sempre se coloca a variável cuja evolução desejamos compreender — no nosso caso, a taxa de participação —, podemos fazer gráficos onde um dos três é representado no eixo horizontal. É possível ainda mostrar várias curvas em um único gráfico e essas curvas podem representar um segundo modo. Assim, temos três modos de representar a relação entre tempo, coorte e idade.

O Gráfico 2 apresenta a taxa de participação no eixo vertical e a idade no eixo horizontal; cada ano é representado por uma linha diferente. Assim sendo, para seguir a evolução de um grupo de pessoas, é necessário trocar de linha ao caminhar ao longo do eixo horizontal. Se as taxas de participação se encontrassem em um estado estacionário — quer dizer, se cada coorte tem o mesmo comportamento que a anterior — caminhar ao longo do eixo horizontal mostraria a evolução da probabilidade de participação ao longo de uma vida. Se assim fosse, as linhas que representam sucessivos anos se encontrariam uma sobre a outra. Ao olharmos o gráfico, vemos que, de fato, as linhas que representam cada ano se confundem, mostrando que a participação masculina se encontra no estado estacionário.

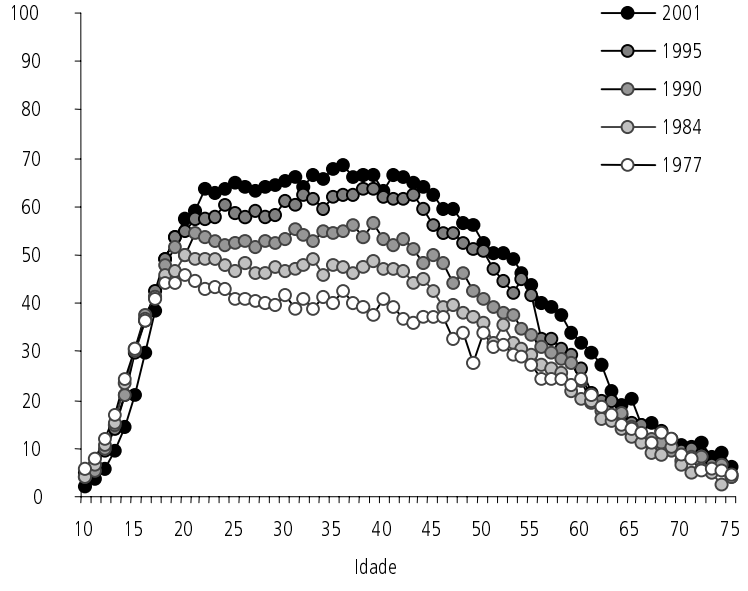
1. Esta hipótese não é forte: a amostragem da PNAD é de pelo menos 300 mil pessoas por ano, o que deixa vários milhares por idade simples e dezenas de milhares por grupo de dez anos de idade. Entretanto, a rigor, a amostragem das PNADs é desenhada para ser representativa por estrato geográfico e não por grupos de idade.

GRÁFICO 2
Taxas de Participação Masculina *versus* Idade, por Ano
[em %]



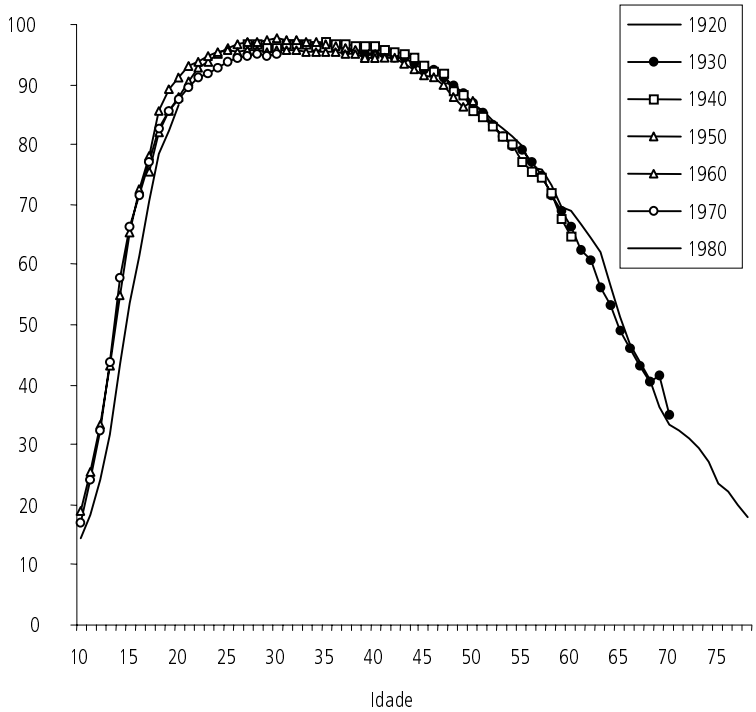
O Gráfico 3 é o equivalente do Gráfico 2 para as mulheres e mostra que, ao contrário da participação masculina, a taxa de participação feminina não se encontra em estado estacionário. Isto pode ser visto, uma vez que o gráfico mostra claramente que as curvas que representam cada ano sucessivo se encontram acima das curvas para o ano anterior. Mais uma vez, é importante ressaltar que as linhas representam o perfil etário da participação em um determinado ano mas, como o fenômeno não é estacionário, não representam o comportamento participativo de uma coorte ao longo de sua vida.

GRÁFICO 3
Taxas de Participação Feminina *versus* Idade, por Ano
[em %]



O Gráfico 4 apresenta a taxa de participação no eixo vertical e a idade no eixo horizontal, só que desta vez cada linha corresponde a uma coorte de pessoas nascidas na mesma década. Pode-se pensar o Gráfico 4 como sendo equivalente ao Gráfico 2, só que com cada coorte arrastada até sua devida posição no tempo.

GRÁFICO 4
Taxas de Participação Masculina *versus* Idade, por Coorte
[em %]



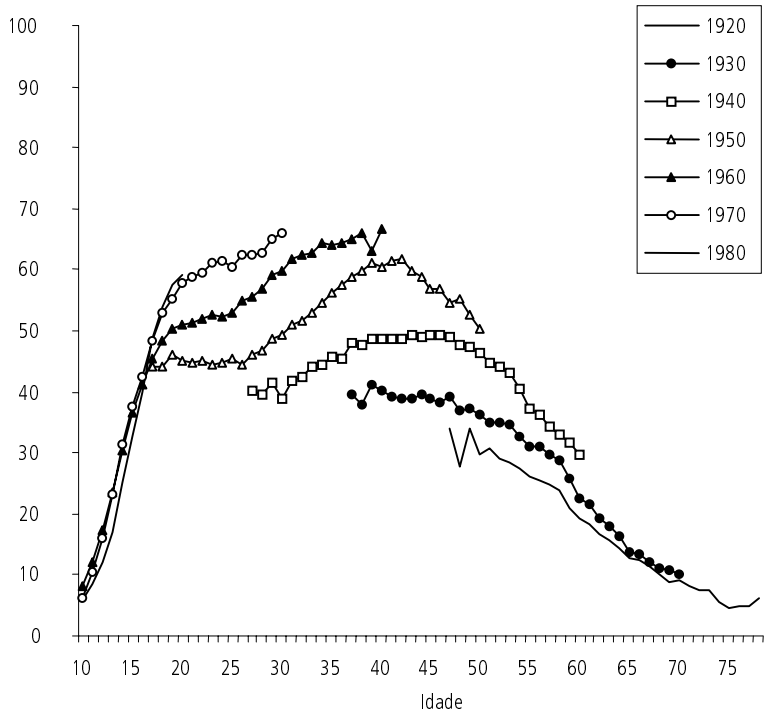
No caso dos homens, este gráfico é quase idêntico ao anterior e isso é outra característica do estado estacionário — como não há variação no tempo, tanto faz seguir coortes ou anos. Já o Gráfico 5, das mulheres, mostra como sucessivas coortes participam mais que as anteriores. Por exemplo, ao olharmos a participação de cada coorte na idade de 20 anos, veremos que as três coortes que tiveram membros com essa idade no período de observação — mulheres nascidas nos anos 1940, 1950 e 1960 — mostram taxas cada vez maiores de participação. Nota-se isso porque a linha representando cada coorte sucessiva fica bem acima da linha das coortes anteriores. Por exemplo, enquanto a coorte dos 40 apresentava participação em torno de 40%, 50% das mulheres nascidas entre 1950 e 1959 e 60% daquelas nascidas entre 1960 e 1969 participavam do mercado de trabalho na idade de 20 anos.

Um fenômeno interessante, visível neste gráfico, é que as curvas masculina e feminina são diferentes, não só no nível, como também na forma. Os homens atingem rapidamente um patamar elevado de participação, mantêm esse patamar e depois se retiram mais ou menos rapidamente do mercado de trabalho. Aos 20 anos, 90% dos homens já estão trabalhando ou procurando trabalho e aos 40 anos o número é pouco maior. Já as mulheres vão aumentando sua participação até um pico próximo dos 45 anos e depois vão diminuindo gradualmente. Se o gráfico da participação masculina é uma mesa quadrada, o feminino é um monte arredondado.

GRÁFICO 5

Taxas de Participação Feminina *versus* Idade, por Coorte

[em %]

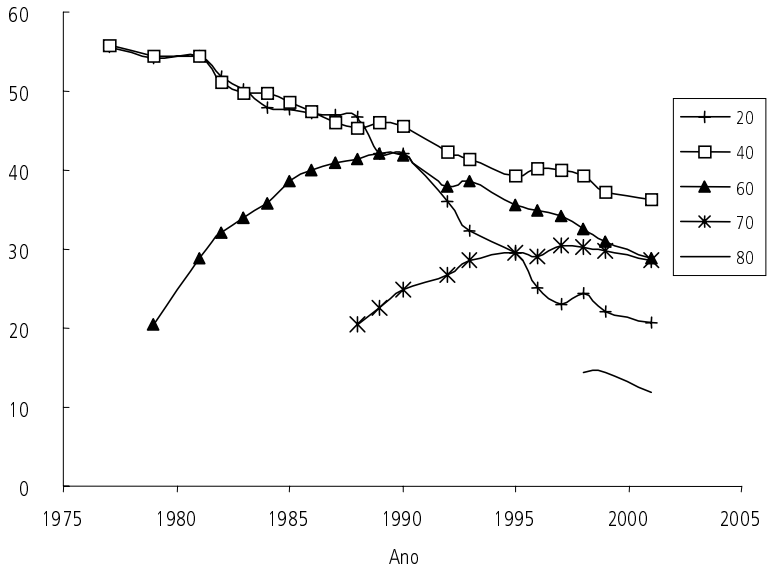


O último modo de apresentar estas relações — participação *versus* ano, por coorte — é pouco elucidativo, uma vez que os efeitos de idade e tempo se mascaram mutuamente. Ele é, entretanto, interessante do ponto de vista relativo — um gráfico da diferença entre as taxas de participação masculina e feminina (Gráfico 6).

GRÁFICO 6

Diferença nas Taxas de Participação por Gênero *versus* Ano, por Coorte

[em %]



Neste gráfico vemos novamente os dois efeitos já apontados: uma diminuição de longo prazo do hiato homem-mulher e uma curva de diferenciais em forma de U invertido ao longo da vida de cada coorte, com as mulheres reduzindo a diferença e depois deixando-a aumentar novamente. A tendência temporal de aumento é visível porque a curva de cada coorte fica abaixo, em geral, da curva da coorte anterior, mas também como uma tendência decrescente de cada curva individual. O diferencial arredondado é visível como curvas com máximo nas coortes dos anos 1950, 1960 e 1970.

Que conclusão se pode tirar desses diferentes olhares sobre a participação feminina, além do que já foi mencionado? A principal conclusão é que o processo está esfriando. O Gráfico 5 mostra que a diferença entre as taxas de participação de sucessivas coortes está diminuindo. Enquanto as diferenças entre as gerações de décadas sucessivas 1930-1940 e 1940-1950 são de quase 10%, a diferença 1950-1960 mais se aproxima de 6-8% e a diferença 1960-1970 e 1970-1980 é quase nula, embora ainda seja um pouco cedo para tirar inferências fortes sobre a participação destas últimas duas gerações. Se esse fenômeno for real, então devemos esperar algum crescimento nas taxas de participação globais enquanto as gerações anteriores à coorte nascida em 1960 se retiram do mercado e depois uma estabilização da taxa próxima à taxa das coortes de 1960 e 1970 — em torno de 52% para mulheres acima de 10 anos e próximo de 60% para as mulheres de 16-60 anos. É claro que isso só se verificará se o comportamento de futuras coortes seguir o que vem ocorrendo com as pessoas nascidas de 1970 a 1989.

4 ANÁLISE DE DECOMPOSIÇÃO UNIVARIADA

A análise de coorte é uma boa descrição, mas não explica o porquê do aumento na participação feminina. Infelizmente, essa pergunta premente não será plenamente respondida neste texto. A explicação completa depende de mudanças culturais e de aspectos da sociedade que não são visíveis nos dados das PNADs. Podemos apenas dizer quais variáveis explicam estatisticamente a variação na taxa. Para tanto, temos de mudar a pergunta para uma que podemos responder:

Entre quais grupos foi observado o maior aumento na taxa de participação? O aumento se deu dentro de grupos específicos ou foi um fenômeno de composição? Reescrevendo a pergunta, podemos indagar se a participação feminina cresceu devido a processos demográficos ou econômicos ou por causa de mudanças culturais profundas sobre os papéis de gênero. Será que foram processos de migração entre o campo e a cidade, mudanças na composição das famílias, aumentos na educação das mulheres e seus cônjuges os responsáveis pelo fenômeno, ou existe algo além do efeito composição cuja variação não se correlaciona com nenhuma das variáveis acima?

Para responder, temos primeiro de encontrar variáveis candidatas a explicar a participação no mercado de trabalho. Exemplos evidentes são a urbanização, a migração inter-regional, o acesso à escola, e a composição dos domicílios. Uma vez identificadas as variáveis, variações na taxa de participação podem ser decompostas da seguinte forma:

Sejam p a taxa de participação e I uma partição[2] qualquer da população feminina, onde n_i é a parcela desta população que se encontra na categoria i. Assim, temos:

$$p = \Sigma_i \, n_i \; p_i$$

Onde p_i é a taxa de participação da categoria i.

Se consideramos que existe o tempo, então temos:

$$p_t = \Sigma_i \, n_{it} \; p_{it}$$

A variação de p pode ser decomposta em variação dentro de cada categoria e mudanças na composição da população por categoria. Dito de outro modo:

$$\Delta p = \Sigma_i \, p_i \, \Delta n_i + \Sigma_i \, n_i \, \Delta p_i$$

Onde Δ é o operador diferença.

Em outras palavras, a variação em p pode ser decomposta em dois componentes: *a*) a variação na composição demográfica com a taxa específica de cada categoria constante e *b*) a variação das taxas específicas com a composição constante. Podemos ainda definir a parcela de variação de p devido à partição i (ou seja, a percentagem atribuível à primeira componente) como sendo:

$$\delta_I = (\Sigma_i \, p_i \, \Delta n_i) \, / \, \Delta \, p$$

Onde δ_I é o efeito composição.

Este número varia matematicamente em todo o intervalo real, podendo assumir valores negativos ou maiores do que 1. Um valor negativo significa que o efeito composição foi em direção oposta à observada para a variável; um valor maior do que 1 significa que o efeito composição foi além do observado, mas foi contrabalançado por algum outro efeito.

O leitor atento notará que não definimos o operador diferença. Usualmente, esse operador é definido como a diferença em p entre dois períodos, $p_t - p_{t-1}$, mas podemos defini-lo também com relação à outra base. A forma mais geral seria: $\Delta p = p_t - p_\tau$, onde τ pode ser um ano-base fixo ou então a média do período.

Deste modo podemos definir duas outras taxas de participação. Sejam:

$p_E(t) = \Sigma_i \, p_{it} \, n_{i\tau}$ = taxa de participação explicável segundo a partição I.

$p_R(t) = \Sigma_i \, p_{i\tau} \, n_{it}$ = taxa de participação residual segundo a partição I.

Dito de outro modo, p_E mostra quanto as mudanças na composição da população segundo a partição I podem ser responsabilizadas por mudanças na taxa global. Já p_R mostra o quanto das mudanças na taxa é devido às mudanças nas taxas específicas, as p_i, e não tem relação com a composição da população.

Um problema com δ_I, p_{Et} e p_{Rt}, é que não são invariantes com relação à escolha de ano-base. Mais que isso, se existem mais de duas categorias, é matematicamente

2. Uma partição é uma divisão de uma população em subgrupos de modo que todos os indivíduos pertencem a um subgrupo e ninguém pertence a mais de um.

possível que o resultado varie muito segundo o ano-base. Entretanto, isso não ocorre nessa análise — todas as decomposições foram testadas com várias linhas de base e os resultados se mostraram relativamente estáveis com relação às mesmas.

Mostraremos nesta seção decomposições da taxa de participação feminina segundo região, urbanização, freqüência à escola, posição no domicílio e anos de estudo completados. Trata-se de um conjunto de variáveis escolhido de modo um pouco *ad hoc* tanto pela disponibilidade de uma série longa e comparável nas PNADs como por razões teóricas. Todas as decomposições foram feitas usando a média do período como ano-base e comparando a variação observada de 1981 a 2001 com a variação simulada no mesmo período.

Urbanização

Escolhemos urbanização como o ponto de partida e também para ilustrar nosso método de análise. É fato conhecido que as mulheres rurais afirmam participar menos do mercado de trabalho que as urbanas. Existe, provavelmente, uma imensa subdeclaração, uma vez que a definição do que constitui trabalho não é a mesma nas regiões urbanas e rurais. É também fato conhecido que a urbanização cresceu de 74% para 86% no período.[3] Isso sugere que a urbanização é forte candidata a explicar a variação da participação. Boa parte do aumento no trabalho das mulheres talvez decorra das que migraram do campo para as cidades e adquiriram hábitos urbanos. A Tabela 2 apresenta tanto as taxas específicas como a decomposição.

De fato, a decomposição aponta no sentido certo, mas o resultado é pífio: a urbanização explica apenas 2,1%. Tal resultado nos surpreendeu, pois esperávamos uma contribuição maior, mas não se pode argumentar com os números: a urbanização pouca relação teve com a variação na participação das mulheres.

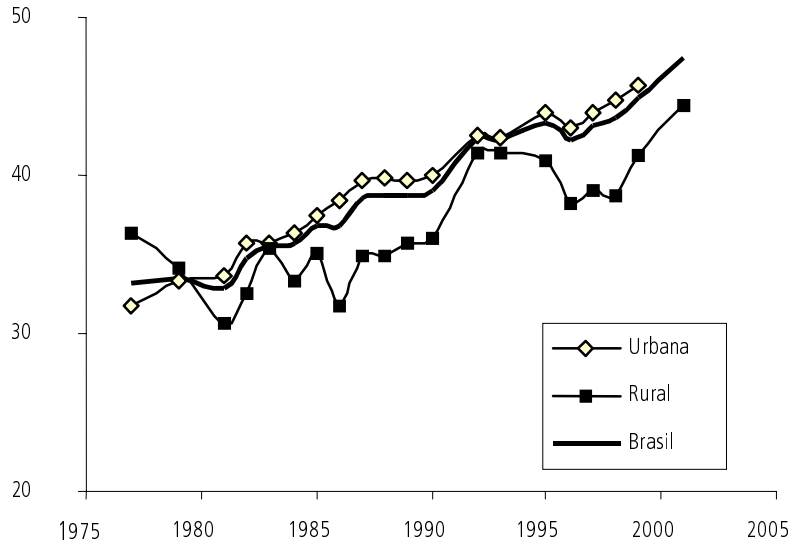
TABELA 2
Taxas de Participação Feminina por Situação do Domicílio
[em %]

Ano	Taxas de participação			Percentual urbano	Decomposição	
	Urbana	Rural	Brasil		P_R Resíduo	P_E Explicada
1977	32	36	33	70	33	38
1981	34	31	33	74	33	39
1985	37	35	37	75	37	39
1989	40	36	39	77	39	39
1993	42	41	42	81	42	39
1997	44	39	43	82	43	39
2001	48	45	47	86	47	39
Média do período	39	36	39	77		

3. Em verdade, a variável urbanização segundo a PNAD não corresponde exatamente a uma definição advinda de um conceito claro de urbano e rural. A definição é administrativa e, com freqüência, depende mais de decisão política sobre quem paga IPTU que de características reais da localidade. Mesmo assim, *grosso modo* a definição funciona para nossos fins.

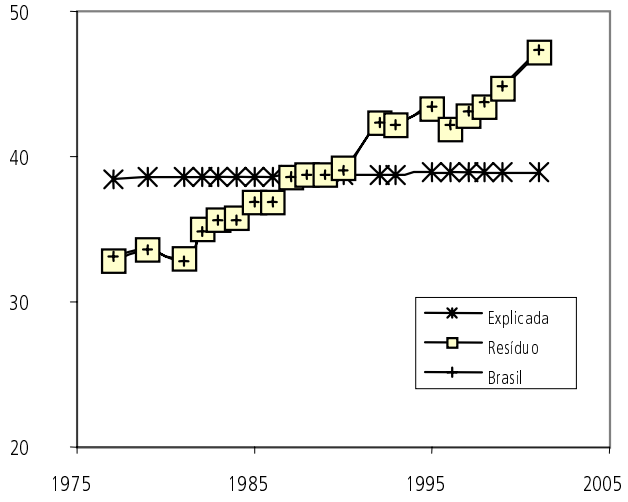
O Gráfico 7 mostra a evolução da taxa global e das taxas urbana e rural. É visível que as três variam mais ou menos do mesmo modo. Essa é uma característica de partição que pouco ou nada explica. Uma partição que tudo explica estatisticamente se caracteriza por taxas específicas que não variam no tempo — toda a variação advém das mudanças na composição populacional. Uma partição que explica metade poderia ser caracterizada por um gráfico onde as taxas específicas aumentam, mas com um coeficiente angular que é metade do coeficiente angular da taxa global.

GRÁFICO 7
Taxas de Participação Feminina segundo Urbanização
[em %]



Finalmente, o Gráfico 8 mostra as taxas p_E e p_E para a partição urbano/rural. Como não podia de ser, a taxa explicada não varia e a taxa resíduo é igual à taxa observada.

GRÁFICO 8
Taxas de Participação Explicada e Resíduo, segundo Urbanização
[em %]



Migração

A priori, não se espera que a decomposição segundo região explique grande parte da variação da participação feminina. A migração nunca foi avançada como explicação desse fenômeno. Neste caso, nossa expectativa prévia se confirma: se apenas a região de residência das mulheres tivesse mudado e as taxas de participação regionais tivessem permanecido estáveis de 1977 a 2001, a taxa de participação das mulheres seria 0,05% inferior em 2001, ao observado em 1977. Em conclusão, região não explica nada.

Freqüência à Escola

Outra possibilidade é a freqüência à escola. Uma vez que trabalho e estudo podem ser atividades concorrentes e é conhecido que as meninas de hoje estudam até mais tarde que no anos 1970, a freqüência à escola é candidata a explicar o fenômeno. Fazendo as contas, vemos que se apenas a freqüência à escola entre as mulheres de dez anos ou mais tivesse mudado de 1977 a 2001 (cresceu de 22% a 25%), a participação feminina teria caído em 0,6 ponto percentual e não crescido quase 15.

Condição (ou Posição) no Domicílio

Finalmente, chegamos ao mais forte candidato a explicar a decisão das mulheres de procurar emprego: a posição no domicílio. A rigor, a posição na família (chefe, cônjuge, filhos e outros) deveria ser a variável usada, mas como quase todas as famílias na PNAD têm relação de parentesco — uma filha do chefe do domicílio que tem um filho ou filha e mora com o pai é considerado pelo IBGE como uma outra família no mesmo domicílio —, achamos melhor utilizar a posição no domicílio. As décadas de 1980 e 1990 viram mudanças expressivas na quantidade de mulheres chefes de domicílio: esse número cresceu de 8% para 16% das mulheres maiores de dez anos no Brasil. Trata-se de uma grande mudança. Sabemos que chefes têm probabilidade muito maior de trabalhar que cônjuges ou filhos, portanto é de se esperar um forte poder explicativo. Mais uma vez, o resultado é decepcionante, a condição no domicílio explica apenas 5,5% da variação 1977-2001.

Esse número é tão baixo que, a princípio, não acreditamos nele. Refizemos nossos cálculos, mas o número permaneceu. Tentamos mudar o ano-base da média para o final ou o início do período, mas o poder explicativo caiu até 6,6%. A explicação é a seguinte: houve, de fato, um aumento no número de mulheres chefes, mas o aumento dentro de uma dessas categorias, a de cônjuge, foi tão maior que o efeito composição afogou-o completamente. Isso é visível na Tabela 3.

O Gráfico 9 mostra a vertiginosa arrancada da taxa de participação das cônjuges, que cresceu 24 pontos percentuais — quase o dobro da taxa global.

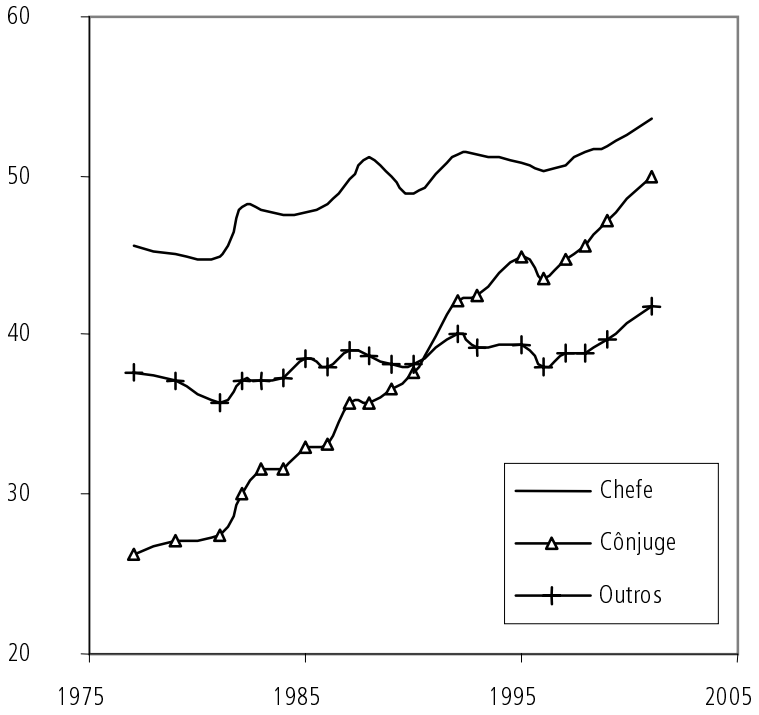
Se fazemos uma decomposição parcial onde apenas as taxas específicas das chefes e filhas são mantidas constantes, e as taxas das cônjuges podem variar, além da composição, o poder explicativo aumenta para 80%. Se apenas a taxa específica das cônjuges muda — não só as taxas de chefes e outras, mas também o peso de cada categoria é mantido constante — 70% da variação é explicada! Em outras palavras, a revolução da participação feminina foi a revolução das cônjuges. Foram essas

mulheres, que representam 45% da população feminina em idade ativa, que saíram de casa para entrar no mercado de trabalho de modo expressivo.

TABELA 3
Taxas de Participação Feminina por Posição do Domicílio
[em %]

Ano	Taxas de participação feminina			Percentagem das mulheres			Decomposição		
	Chefe	Cônjuge	Outros	Chefe	Cônjuge	Outros	Resíduo	Explicada	Só taxa cônjuge
1977	46	26	38	8	44	48	33	38	34
1979	45	27	37	8	43	49	33	38	34
1981	45	27	36	9	45	47	33	39	35
1985	48	33	39	10	46	44	37	39	37
1989	50	37	38	11	46	44	39	39	39
1993	51	43	39	12	45	42	42	39	41
1997	51	45	39	14	45	42	43	39	42
2001	54	50	42	16	45	39	47	39	45

GRÁFICO 9
Taxas de Participação Feminina segundo Posição no Domicílio
[em %]

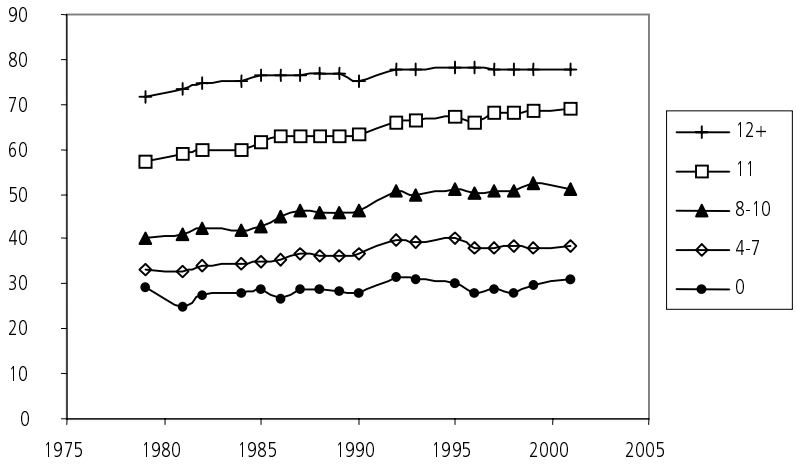


Educação (Anos de Estudo)

Por último, tentamos a educação da mulher como fator explicativo. No período 1977-2001, o número médio de anos de estudo das mulheres aumentou de 3,9 para

5,7. Além disso, as mulheres passaram os homens na média de anos de estudo e hoje têm quase um ano de vantagem, hiato esse que continua aumentando. O Gráfico 10 mostra a evolução das taxas por nível de escolaridade. É vísivel que aumentam, mas não tão fortemente. Também é visível que se situam em patamares muito diferentes, o que mostra que migrações de uma parte da população de um nível para o próximo devem levar a fortes mudanças na taxa global. Talvez a educação, grande variável explicativa da renda, consiga explicar estatisticamente uma boa parte da participação feminina. Ao começar a fazer essa decomposição, pensamos que talvez fosse melhor não esperar demais, por causa do desempenho medíocre das outras decomposições.

GRÁFICO 10
Taxas de Participação Feminina segundo Posição no Domicílio
[em %]



Entretanto, o resultado dessa vez é forte: mudanças na composição educacional da população feminina teriam levado a um aumento de 8 pontos percentuais na taxa, o que equivale a 59% da variação da taxa global de quase 15 pontos.

O Gráfico 11 mostra as taxas explicada e resíduo com relação à partição anos de estudo formal. Vê-se que a taxa explicada não é invariante e, sim, sobe de modo contínuo a mais ou menos metade da velocidade que a taxa observada (Brasil). Isso é coerente com a observação de que o poder explicativo da educação é um pouco superior a 50%.

A conclusão desta parte se encontra na Tabela 4. A única variável capaz de explicar estatisticamente a variação na participação das mulheres é a educação das mulheres. Esta variável explica quase 50% e o restante fica por conta de mudanças dentro de cada partição. Mais uma vez a escola aparece como a grande socializadora, como agente de mudança e modernização.

A outra conclusão importante é que foi na taxa de participação das mulheres cônjuges que o fenômeno foi mais forte. Elas são responsáveis por nada menos que 76% da variação da taxa.

GRÁFICO 11
Taxas Explicada e Resíduo segundo a Partição Anos de Estudo
[em %]

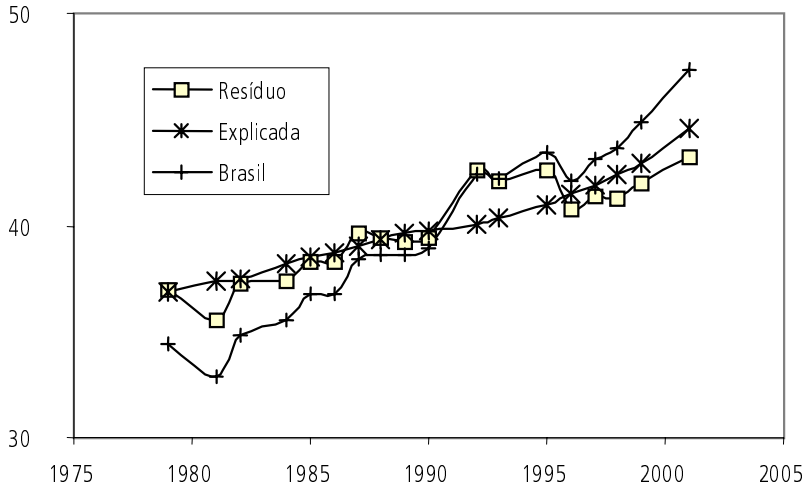


TABELA 4
Poder Explicativo de cada Partição Populacional
[em % da variação observada]

Ano	Região	Urbano	Freqüência à escola	Condição no domicílio	Escolaridade
1982	0	0	10	–1	7
1984	–1	1	8	2	31
1985	–1	1	5	2	30
1986	–1	1	5	3	35
1987	–1	1	4	2	30
1988	0	1	3	3	36
1989	–1	1	2	3	40
1990	–1	1	2	3	40
1992	–1	2	0	3	28
1993	–1	2	–2	4	32
1995	–1	2	–3	4	34
1996	–1	2	–4	5	45
1997	–1	2	–4	5	44
1998	–1	2	–5	6	47
1999	–1	2	–6	5	46
2001	–1	2	–3	6	50

Finalmente, uma palavra sobre a continuidade do texto. Se houvesse outra variável que mostrasse um impacto significativo, uma análise de decomposição multivariada talvez se fizesse necessária, mas como vimos que só a escolaridade aparenta ter uma relação forte com o fenômeno, consideramos isso desnecessário.

5 HORAS TRABALHADAS SEMANAIS

Uma análise do mercado de trabalho nunca está completa sem uma análise do número de horas trabalhadas. Ainda que a semana de trabalho seja fortemente regulamentada pela legislação e que talvez seja menos flexível que a decisão de trabalhar ou não, a oferta de horas de trabalho pode ser um componente importante da decisão de participar ou não do mercado de trabalho.

A Tabela 5 mostra a jornada média de trabalho de homens e mulheres que trabalharam pelo menos uma hora na semana de referência da PNAD. As pessoas que estavam empregadas, mas na semana se encontravam afastadas do trabalho em função de férias, doença ou outra tal razão não são contadas, assim como não são contadas as pessoas desempregadas (estão economicamente ativas, mas não trabalharam ou então trabalharam menos de dez horas sem remuneração). O número de horas trabalhadas vem caindo tanto para homens como para mulheres, e para homens a queda parece ser mais concentrada após a Constituição de 1988 e, para mulheres, mais gradual ao longo do tempo. A diferença entre a jornada média de trabalho dos dois não tem mudado muito, mantendo-se em torno de sete a oito horas de diferença, embora tenha crescido de 1997 a 2001, chegando a oito horas e meia.

TABELA 5
Horas Trabalhadas por Homens e Mulheres

Ano	Horas por trabalhador(a) com horas positivas			Mulheres como percentagem do total de	
	Homens	Mulheres	Diferença	Horas	Trabalhadores
1981	48.17	41.06	7.10	28	32
1985	48.01	40.50	7.50	30	34
1989	46.37	39.39	6.98	32	36
1993	45.36	38.20	7.16	32	38
1997	45.52	38.66	6.86	33	40
2001	44.35	35.85	8.50	36	42

As últimas duas colunas da Tabela 5 mostram que a percentagem do total de horas que foram trabalhadas por mulheres subiu 8 pontos percentuais de 1981 a 2001, enquanto a percentagem de mulheres na força de trabalho subiu 10. Isto se deve não apenas ao menor número de horas como também ao fato de que mais mulheres estão na força de trabalho mas desempregadas ou afastadas do trabalho por alguma razão.

A Tabela 6 mostra a principal razão que explica o hiato próximo de um dia de trabalho entre a jornada semanal média de homens e de mulheres. A maior prevalência de trabalho de tempo parcial entre as mulheres ativas leva ao fato de que trabalhem menos horas, em média, que os homens.

Em suma, a análise de horas não traz consigo grandes surpresas. As mulheres trabalham, em média, de sete a oito horas menos que os homens por semana, isso é devido à maior prevalência de trabalho em tempo parcial entre elas. Outra conclusão é que o número médio de horas trabalhadas diminuiu tanto para homens como para mulheres.

TABELA 6
Grupos de Horas Trabalhadas por Homens e Mulheres
[em %]

Anos	Homens			Mulheres		
	Até 20 horas	De 21 a 39 horas	40 Horas ou mais	Até 20 horas	De 21 a 39 horas	40 Horas ou mais
1981	3	9	89	11	23	66
1985	3	8	89	12	23	65
1989	3	9	87	13	23	64
1993	6	10	84	17	23	60
1997	7	10	84	17	21	62
2001	8	11	81	22	21	57

6 MULHERES, SEUS CÔNJUGES E OS NÍVEIS EDUCACIONAIS

Visto que as duas principais conclusões deste texto aparentam ser que primeiro as mulheres que fizeram a revolução na participação feminina no mercado de trabalho foram aquelas com marido e que essa revolução se explica, em 50%, pelas mudanças nos níveis educacionais da PIA feminina de dez anos ou mais, cabe aprofundar um pouco as relações da participação das mulheres, seu nível educacional e o de seus cônjuges.

Para tanto, optamos por dividir as mulheres cônjuges em categorias por anos de estudo e analisar como variava o comportamento de participação no mercado de trabalho segundo o décimo de renda e a categoria educacional à qual pertencem seus maridos. Os resultados se encontram no Gráfico 12. Nesse gráfico, há cinco painéis onde a taxa das mulheres varia segundo o décimo de renda de seus cônjuges e cinco onde a taxa varia segundo o nível de escolaridade dos mesmos. Cada painel corresponde a um nível de escolaridade da mulher e contém quatro curvas — uma para cada um dos anos 1982, 1987, 1995 e 1999. Da análise desse gráfico podemos inferir vários comportamentos.

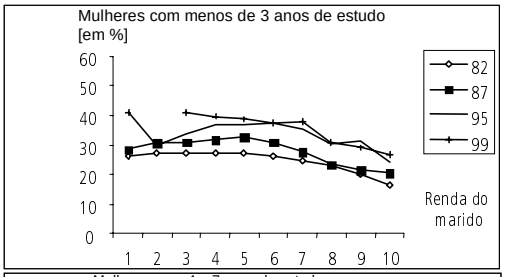
O primeiro é aquilo que já verificamos: a cada ano, avança a taxa de participação feminina para quase todos os níveis educacionais, tanto da mulher como de seu cônjuge. Apenas no nível educacional mais alto, onde a taxa já era próxima de 100%, é que não observamos um aumento de um ano para o próximo para todos os níveis de renda e educação do cônjuge.

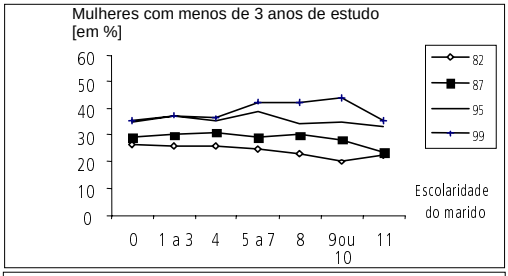
O segundo comportamento é que as mulheres com maior nível educacional têm taxas superiores àquelas com nível menor para um mesmo nível de renda ou instrução do cônjuge, mas que para níveis de renda ou instrução diferentes dos cônjuges há sobreposição.

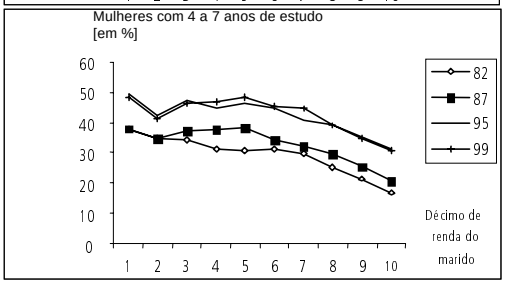
O terceiro comportamento é que, quanto maior a renda ou o nível educacional do cônjuge, menor a taxa de participação da mulher. Esse comportamento é mais forte para mulheres com nível de instrução médio (primário completo ou incompleto) e menos forte para mulheres com instrução superior, e aparenta ser mais

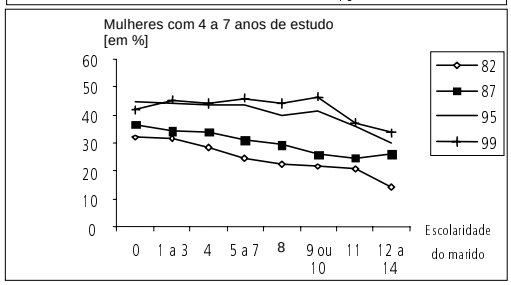
GRÁFICO 12

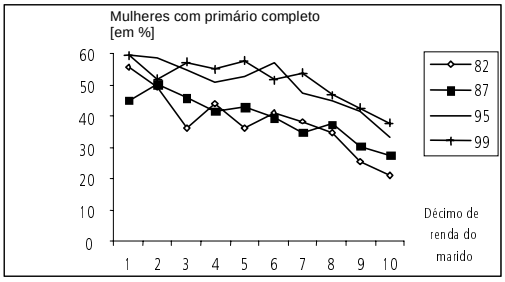
Taxas de Participação de Mulheres segundo Nível de Instrução Próprio, por Nível de Instrução e Décimo de Rendimento dos Cônjuges

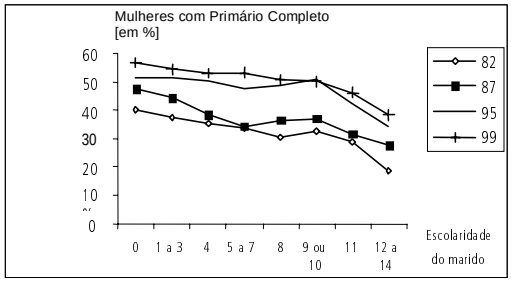


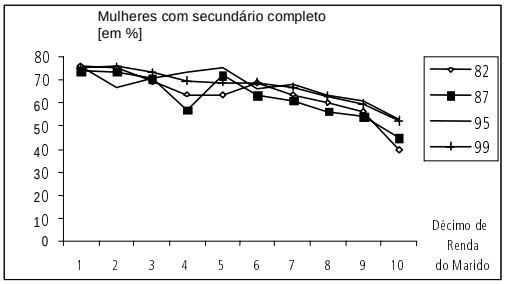


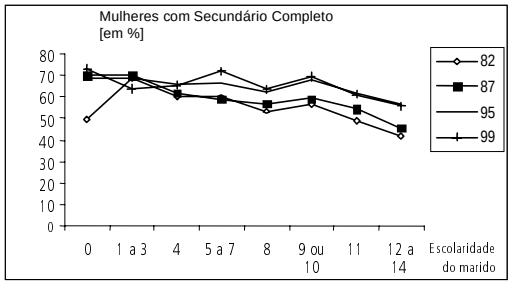


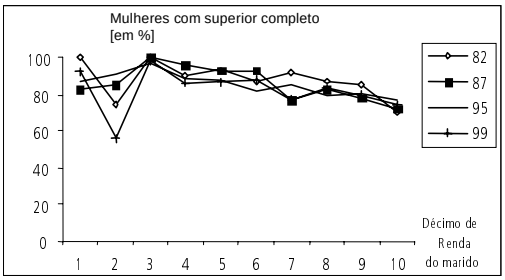


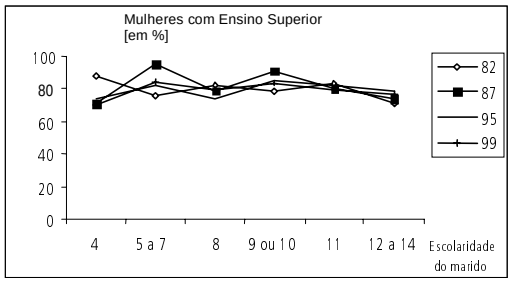












forte no caso do décimo de renda ao qual pertence o cônjuge que no caso do nível de instrução. Isso parece mostrar que para todas as mulheres cônjuges, salvo talvez as mais e as menos instruídas, há um claro efeito renda levando-as a sair da casa para trabalhar.

As mulheres sem nenhum diploma têm taxas de participação baixas para qualquer nível de renda dos cônjuges, e as mulheres com diploma superior têm taxas altas, qualquer que seja o nível de renda dos cônjuges. Esses comportamentos sugerem um efeito preço que esconde um eventual efeito renda.

Um último comentário sobre a oferta de trabalho das mulheres, condicionado às características dos cônjuges, é que o efeito renda parece ser maior para o décimo de renda, que representa a renda transitória, que para o nível de educação, que representa a renda permanente de longo prazo. Isso é coerente com a imagem das mulheres cônjuges como trabalhadoras secundárias cuja oferta de trabalho depende fortemente da conjuntura econômica vivida pela sua família.

7 CONCLUSÕES

As conclusões já foram abordadas no texto e nos limitaremos a realçar as cinco mais importantes:

a) O aumento na participação das mulheres no mercado de trabalho é expressivo mas elas ainda participam muito menos que os homens.

b) A julgar pela evidência que as coortes apresentam, o nível da participação feminina está se estabilizando e provavelmente não irá muito além dos 52% no médio prazo. É claro que isso é apenas uma extrapolação de tendências e pode se revelar falso.

c) A grande mudança foi a participação de mulheres cônjuges. Foi a entrada em massa das mulheres com marido no mercado de trabalho, e não a das chefes de domicílio, a razão principal do aumento observado. Em 1977, a taxa de participação das cônjuges era 20 pontos percentuais menor do que a taxa das chefes; hoje a diferença é de apenas quatro pontos.

d) A grande variável com poder explicativo é o aumento no nível educacional, que explica 59% do aumento de participação das mulheres. Isso está de acordo com outros trabalhos usando outras metodologias, como Scorzafave e Menezes-Filho (2001).

e) A análise da oferta de trabalho das mulheres com relação à renda e ao nível educacional de seus cônjuges é coerente com a existência de um efeito preço e um efeito renda com relação aos rendimentos do cônjuge. Isto também está de acordo com a literatura, como Ramos e Soares (1994).

O resumo da história: a melhoria educacional das mulheres cônjuges permitiu que estas entrassem fortemente no mercado de trabalho mas a velocidade desta entrada esta cada vez menor.

BIBLIOGRAFIA

BRUSCHINI, C., LOMBARDI, M. R. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. *Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais,* Abep, v. 1, p. 483-516, 1996.

GOLDIN, C. *Understanding the gender gap*. Nova York: Oxford University Press, 1990.

_____. The U-shaped female labor force function in economic development and economic history. In: SCHULTZ, T. P. (ed.). *Investment in women's human capital and economic development.* University of Chicago Press, 1995.

LAVINAS, M. H. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. In: BALTAR DA ROCHA, M. I. (org.). *Trabalho e gênero*: *mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000.

LEONE, E. T. Renda familiar e trabalho da mulher na região metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. In: BALTAR DA ROCHA, M. I. (org.). *Trabalho e gênero*: *mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000.

RAMOS, L., SOARES, A. L. *Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil.* IPEA, out. 1994 (Texto para Discussão, 350).

SCORZAFAVE, L. G., MENEZES-FILHO, N. A. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. *Pesquisa e Planejamento Econômico,* Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, dez. 2001.

SEDLACEK, G. L., SANTOS, E. C. *A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração de renda familiar*. Fev. 1990 (Texto para Discussão, 209).

SOARES, Y. Viés de gênero em consumo. *Pesquisa e Planejamento Econômico,* Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, ago. 2002.

WAJNMAN, S., QUEIROZ, B., LIBERATO, V. O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil. *Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais,* Abep, v. 2, p. 2.429-2.454, 1998.

WAJNMAN, S., RIOS-NETO, E. Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina. In: BALTAR DA ROCHA, M. I. (org.). *Trabalho e gênero*: *mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000.

EDITORIAL

Coordenação
Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Supervisão
Helena Rodarte Costa Valente

Revisão
André Pinheiro
Elisabete de Carvalho Soares
Lucia Duarte Moreira
Luiz Carlos Palhares
Miriam Nunes da Fonseca
Tatiana da Costa

Editoração
Carlos Henrique Santos Vianna
Joanna Silvestre Friques de Sousa (estagiária)
Rafael Luzente de Lima
Roberto das Chagas Campos

Divulgação
Raul José Cordeiro Lemos

Reprodução Gráfica
Edson Soares

Brasília
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,
10ª andar – 70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 315-5336
Fax: (61) 315-5314
Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Home page: http://www.ipea.gov.br

Rio de Janeiro
Av. Presidente Antônio Carlos, 51, 14º andar
20020-010 – Rio de Janeiro – RJ
Fone: (21) 3804-8118
Fax: (21) 2220-5533
Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

Tiragem: 130 exemplares

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo